

Acordo incluirá metas trimestrais com o FMI

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O acordo do tipo "stand-by" que o Brasil pretende assinar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai contemplar metas trimestrais para os tradicionais cinco critérios de performance. O FMI monitora as contas do setor público nos conceitos nominal e operacional (que desconta as correções monetária e cambial); o crédito interno líquido (que desconta do papel-moeda em poder do público o valor das reservas internacionais); a variação das próprias reservas internacionais e do nível do endividamento externo.

O acordo terá a duração de 18 meses — estendendo-se possivelmente até o final de 1991, caso inclua todo o segundo semestre deste ano — e deve envolver por parte do FMI um financiamento de 1,022 bilhão de Direito Especial de Saque (DES), cuja cotação está hoje em torno de US\$ 1,35 para cada DES. O Brasil receberá, portanto, do FMI cerca de US\$ 1,380 bilhão, distribuídos em seis parcelas, cuja liberação fica sujeita em cumprimento das metas negociadas dentro do programa de ajuste.

O chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Sílvio Rodrigues Alves, explicou ontem a este jornal que o montante de financiamento em um acordo do tipo "stand-by" equivale a 70% do montante de cotas que o país interessado detém junto ao FMI. Na posição de abril deste ano, a cota do Brasil naquele organismo internacional era de 1,461 bilhão de DES, o equivalente a US\$ 1,972 bilhão pela cotação atualizada do DES.

As condições do empréstimo não chegaram a ser detalhadas em Washington, na recente viagem encabeçada pelo assessor

econômico do Ministério da Economia, Antônio Kandir, da qual participaram além de Rodrigues Alves, a assessora internacional Maria Silvia Bastos e o diretor de departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães. O entendimento da equipe brasileira, no entanto, é de que será colocado de lado o acordo firmado com o FMI em fins de julho de 1988 e que chegou a resultar na liberação de uma primeira parcela de cerca de US\$ 430 milhões por parte do organismo. O interesse do Brasil é de que um novo acordo seja negociado, sem considerar a liberação daquela parcela, que vem sendo contabilizada no montante da dívida do País com o FMI.

O estoque da dívida brasileira com o fundo corresponde a US\$ 2,439 bilhões, com um grande peso de pagamentos previsto para neste ano. Só de amortizações, o país tem a pagar US\$ 758 milhões.

Com os juros devidos este ano, sobe para a cifra de US\$ 1 bilhão o valor dos desembolsos para pagar o serviço da dívida com o FMI em 1990.

Rodrigues Alves, qualificou como extremamente proveitoso o contacto de Kandir com o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. A equipe brasileira levou os dados monetários já traçados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) como metas para o ano e o orçamento fiscal com previsão de superávit de 1,22% do PIB no final de 1990. Os dados referentes a este ano estão praticamente definidos e chegaram a suscitar na equipe técnica do FMI uma reação que Rodrigues Alves jamais havia visto, em contactos anteriores: "ao contrário do que normalmente acontecia, o Fundo considerou desta vez austeras as metas que levamos".